

ISSN 2675-9934

# Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato  
de Campos Araújo» (EACH/USP)

Número especial sobre a  
XV Semana de Gestão de Políticas Públicas

Nº8 dezembro/2020

# OIPP

**Boletim de  
Políticas Públicas**  
**Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (OIPP)**

**Conselho editorial**

Agnaldo Valentin  
Alexandre Ribeiro Leichsenring  
André Gal Mountian  
Cristiane Kerches da Silva Leite  
Graziela Serroni Perosa  
José Carlos Vaz  
Ursula Dias Peres  
Valeria Barbosa de Magalhaes  
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

**Contato**

E-mail: [boletimoipp@gmail.com](mailto:boletimoipp@gmail.com)  
Rua Arlindo Bettio, 1000  
03828-000  
São Paulo/SP



## Regras de submissão

O Boletim de Políticas Públicas do OIPP terá periodicidade mensal e receberá artigos acadêmicos curtos para ampla divulgação entre acadêmicos e profissionais do Campo de Públicas no Brasil. Os artigos podem ser resumos de resultados de pesquisa, análise de conjuntura, resenhas de livros, estudos de caso, em linguagem destinada a fomentar o debate sobre políticas públicas e gestão governamental. Apresentação de resultados de iniciação científica e monografia também são bem-vindos.

a. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos de até 10 mil caracteres (com espaço), considerando todos os elementos do texto (gráficos, tabelas e referências bibliográficas).

b. Os artigos devem ser enviados com o(s) nome(s) dos(as) autores(as) e filiação institucional.

c. O comitê editorial do Boletim de Políticas Públicas do OIPP reserva-se o direito de decidir sobre a aceitação do artigo.

d. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP publicará um número limitado de artigos por número. Artigos aceitos não necessariamente serão publicados no mês de envio, podendo sair em números posteriores.

e. Artigos que são produto de pesquisa em nível de graduação devem ser submetidos em coautoria com docente.

f. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos em fluxo contínuo.

g. Não haverá qualquer tipo de remuneração para os autores dos artigos.

h. Serão aceitos artigos em português, inglês e espanhol.

i. Os artigos em português devem seguir padrão ABNT.

j. As referências bibliográficas devem ser inseridas ao final do texto no padrão ABNT e devem listar apenas as obras citadas no texto.

k. Os artigos devem ser enviados em formato eletrônico .doc, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5.

## Sumário

**Carta dos editores.....5**

### **Estado e Políticas Econômicas pós-pandemia**

**Estado, políticas públicas e o contexto pós-pandemia: breves reflexões.....7**

*Fernanda Graziella Cardoso*

### **Um novo mundo do trabalho: uberização e precarização**

**Entregadores Antifascistas e a luta por direitos ..... 22**

*Paulo Galo*

**Os desafios do Trabalho contemporâneo: entre a submissão e a invenção do futuro ..... 31**

*Marta de Aguiar Bergamin*

### **Os desafios da Educação no pós-pandemia**

**Educação pública: Qualidade antes e pós-pandemia da COVID-19..... 38**

*Claudia Costin*

## Carta dos editores

Temos a satisfação de apresentar a edição do Boletim de Políticas Públicas especial sobre a XV Semana de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. A efeméride da XV Semana de GPP foi um momento de reflexão do papel das políticas públicas em meio à crise sanitária, que trouxe sérios impactos de curto prazo, mas sobretudo questionamentos sobre a necessidade de mudanças estruturais e de organização da vida social.

A XV Semana de GPP foi organizada pelo Centro Acadêmico Herbert de Souza, que tradicionalmente promove o evento, Vertuno Empresa Júnior, Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP), além dos cursos de graduação e pós-graduação de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP.

O tema da XV Semana de GPP foi “Conectando Estado, Gestão Pública e Sociedade em meio à crise” e será especial do Boletim de Políticas Públicas nas edições de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Os artigos, adaptados e transcritos das falas originais, foram revisados pelos palestrantes. Nesta edição, publicamos o artigo da Professora Fernanda Graziella Cardoso, sobre “Estado e Políticas Econômicas pós-pandemia”; do Paulo Gaulo, criador do movimento Entregadores Antifascistas, e da Professora Marta de Aguiar Bergamin, que protagonizaram a mesa “Um novo mundo do Trabalho: Uberização e Precarização”; e da Professora Claudia Costin, que participou da mesa “Educação Pública: Qualidade antes e pós-pandemia da COVID-19”.

Boa leitura!

*Conselho Editorial*

**Estado e Políticas  
Econômicas pós-  
pandemia**

## **Estado, políticas públicas e o contexto pós-pandemia: breves reflexões<sup>1</sup>**

**Fernanda Graziella Cardoso<sup>2</sup>**

Falaremos sobre um assunto que não se restringe ao campo das Ciências Econômicas, mas também temos uma formação que nos permite fazer essa discussão um pouco mais de fronteira, até porque a discussão de economia não pode ficar restrita apenas a fatores estritamente econômicos, pois empobrece bastante a discussão. Estou muito feliz em participar de uma Semana de Políticas Públicas justamente porque vamos falar de Estado e políticas econômicas, e por um contexto específico, que é o pós-pandemia. O que será que vai ser da gente depois que essa pandemia passar? Será que insistiremos no caminho de antes ou será que vamos aproveitar esse momento para reverter essa rota?

A crise econômica intensificada pela pandemia da COVID tem colocado ainda mais em evidência justamente as fragilidades da nossa organização socioeconômica. Se já enxergávamos problemas antes dessa crise, agora eles estão mais desnudados, colocados na nossa frente, e a capacidade de resposta, dos diversos governos, à crise, depende das condições institucionais e estruturais prévias. Quando uma crise acontece e você não tem possibilidade de responder, se deve possivelmente ao fato de que a sua trajetória de construção institucional não está adequada e, no caso da periferia, do Sul global, que é onde estamos falando, as fragilidades se tornaram ainda mais evidentes.

---

1 O artigo foi transcrito a partir da fala original na XV Semana de Gestão de Políticas da USP, ocorrida de forma virtual em outubro de 2020. O texto preservou a oralidade da apresentação, apenas com pequenas adaptações. A versão original pode ser consultada na página oficial do Centro Acadêmico Herbert de Souza: [https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw\\_Pw/videos](https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw_Pw/videos)

2 Doutora em Economia do Desenvolvimento (FEA/USP) e coordenadora do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFABC.

Primeiro, as desigualdades de renda, raciais e de gênero ficaram ainda mais explícitas. Muitos estudos têm mostrado os impactos diferenciados a depender do seu gênero e da sua raça. Os impactos da pandemia não são iguais sobre todo mundo. Com o padrão de inserção externa periférico dependente das cadeias globais de valor, ficamos sabendo nessa pandemia que nós não somos capazes de produzir itens muito simples de proteção, como máscaras de respiração, além de rede de proteção social e da capacidade de oferta de bens públicos em processo de desmonte. Estamos ainda sobre a vigência da PEC do Teto, que leva ainda a muitas discussões, restringindo o papel do Estado, e a capacidade de sua resposta a curto prazo. E aí vem a pergunta: como fazemos para incrementar a capacidade de resposta à estas crises? Essa é uma crise. Possivelmente outras aparecerão de natureza semelhante a essa, que coloquem inclusive em contestação a maneira como a gente se organiza e como a gente depreda o nosso meio ambiente também. Que mundo nós queremos para o pós-crise? Queremos continuar o que era antes ou queremos mudar um pouco essa trajetória? Então o meu convite para vocês é de olharmos além do horizonte. Eu vou aqui, a partir do meu viés de atuação de pesquisa, fazer uma discussão também que mira a questão do desenvolvimento.

O que é o desenvolvimento no final das contas? Diz respeito à maneira como a sociedade se organiza e como as pessoas regem suas próprias vidas. É um conceito em constante processo de construção e reconstrução. E por que isso? Porque ele responde aos anseios de um contexto histórico. Se olhamos ao longo do século XX, percebemos que o desenvolvimento é um conceito que vai absorvendo cada vez mais predicados e tornando a sua discussão cada vez mais complexa. Se por um tempo parecia suficiente a gente discutir desenvolvimento simplesmente a partir do nível de renda per capita dos países, e inclusive confundir desenvolvimento econômico com crescimento econômico, desde pelo menos meados do século XX, já não é mais suficiente fazer essa discussão. Porque o desenvolvimento envolve mudanças institucionais e estruturais



impactantes. E é diferente, portanto, de fazer mais, mas da mesma maneira. É fazer mais, mas de um modo diferente do que era feito antes. Envolve uma transformação qualitativa importante. E é um tema multidisciplinar. Envolve questões sociais, políticas, culturais, ambientais e ecológicas, raciais e de gênero, além daquelas tradicionalmente colocadas na caixinha das ciências econômicas. Isso desdobra em várias questões que são muito recorrentes quando se fala nesse termo: por que algumas nações são desenvolvidas e outras não? Será que tem uma receita para atingir esse resultado esperado de desenvolvimento? O desenvolvimento seria uma ilusão, um mito? O subdesenvolvimento tem saída ou é uma armadilha intransponível? É a partir de todas essas considerações que eu delimito aqui uma das perguntas que desdobra do tema dessa mesa: qual o papel do estado e das políticas econômicas nesse processo? E por onde que começamos? Eu tenho uma tendência inevitável, incontrolável, de sempre começar pelos clássicos. Eu sempre convido todos a fazerem essa viagem pela história das ideias porque os clássicos ainda têm muito a nos ensinar.

E eu vou começar com Keynes. E ainda vou fazer alguns comentários que antecedem a “Teoria Geral” de Keynes, que estão no “Fim do laissez-faire” e nas “Possibilidades econômicas para os nossos netos”. Quero convidar vocês para fazer essa viagem. Primeiro eu vou alçar vocês para uma perspectiva de futuro para começarmos a destrinchar um pouco mais o que eu acho que dá para a gente fazer. Especialmente da perspectiva do Estado e no contexto do pós-pandemia para construirmos um futuro diferente deste caminho que estamos trilhando. Para começar, gosto de uma citação do Keynes em que ele falará e fará uma crítica direta ao laissez-faire na perspectiva do liberalismo econômico. Vai criticar alguns problemas, especialmente em relação ao momento que escreve, que é o final da década de 20 no século XX, que ele enxerga um momento profícuo para a construção desse debate. Diz Keynes “A disposição para discussão com respeito às questões públicas que

por conveniência denominamos individualismo e laissez-faire, originou-se por muitas fontes de pensamentos e de diferentes impulsos dos sentimentos. Durante mais de cem anos os nossos filósofos nos governaram porque por um milagre quase todos concordavam ou pareciam concordar sobre essa questão. Ainda hoje não deixamos de dançar sob a mesma música, mas paira no ar uma transformação (...)." Naquele momento Keynes enxerga uma brecha para a uma contestação destes consensos. E a qual ele está se referindo? Ao consenso do laissez-faire, ao consenso do liberalismo econômico, a partir do qual deduzia-se que não era necessário fazer nenhum tipo de intervenção na dinâmica socioeconômica, porque se cada indivíduo buscasse seus próprios interesses o resultado geral seria o de bem estar social, de modo que qualquer interferência externa nessa dinâmica geraria ineficiências sociais. Portanto, qual era o papel do Estado nesse processo? Praticamente nenhum, porque se o Estado atuasse de forma indevida, desviaria o resultado do bem-estar social.

Eu gosto muito de uma metáfora que o Keynes usa nesse texto de 1926 que é a metáfora da girafa": "se nós levarmos a sério bem-estar das girafas, não devemos menosprezar o sofrimento daquelas de pescoço mais curto que morrem de fome... ou o mau olhado daquelas de cobiça agressiva que anuvia os semblantes suaves da multidão". O que se evidencia através dessa metáfora? Ele diz que as girafas não são iguais, algumas têm pescoços mais curtos e outras pescoços mais compridos, que sempre vão alcançar as árvores mais altas. E as que estão ali mais baixinhas vão acabar morrendo de fome porque não vão acessar as mesmas coisas. Qual o resultado daquilo? As girafas de pescoço mais curto vão morrer e as de pescoço mais compridos vão ficar cada vez mais superalimentadas. Então, tem um problema distributivo colocado aqui, que se gente deixar as girafas, cada uma delas ir atrás dos seus próprios interesses, não sabemos qual será o resultado final nesse contexto. Essa questão que o Keynes está colocando em evidência, a ideia que vai decorrer a partir daqui, é de identificar um papel

importante para o Estado nesse processo. Logo, segundo Keynes, a origem dos males econômicos reside no risco, na incerteza e na ignorância. Como resultados o que nós observamos? Grandes desigualdades de riqueza, desemprego e redução da eficiência e da produção.

Para Keynes, a origem desses males reside fora das atividades dos indivíduos. Imagina se você fosse uma girafa de pescoço comprido, você estaria preocupado com as de pescoço curto? Provavelmente não, porque se você tem uma situação privilegiada, qual seu incentivo para mudar individualmente essa situação? Na ciência do Keynes, a atuação do Estado, por meio de políticas econômicas, que é o assunto dessa mesa de hoje, seria importante para manter estável a demanda agregada, e com isso garantir melhores níveis de emprego, uma melhoria da eficiência da produção e, com isso, combater as desigualdades de riqueza.

Eu coloco o primeiro alerta: notem que Keynes está discutindo a partir da perspectiva de economias capitalistas avançadas. Quando trouxermos essa discussão para o contexto de países como Brasil, que são países ainda subdesenvolvidos, essa discussão ganha outros contornos. Com essa identificação, Keynes vai definir o que é agenda e o que é não agenda de governo, nesse mesmo texto de 1926. Como é que se define agenda? O que o governo deve ou não fazer? Keynes define isso de uma forma muito simples. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, de uma forma um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer as coisas que atualmente deixam de ser feitas. O que Keynes diz é tem espaço para os governos atuarem na dinâmica socioeconômica. No entanto, a atuação dos governos depende do contexto, não existe uma receita de aplicação universal, uma mistura exata de setor privado com governo para chegar em uma fórmula infalível.

Andando um pouco mais para frente, em 1930, já no contexto da grande depressão, Keynes vai escrever outro texto chamado "As possibilidades econômicas dos nossos netos", que também abre um

flanco importante para a contestação de contextos pré-estabelecidos. Diz Keynes: "(...) estamos sofrendo hoje de um violento ataque de pessimismo econômico, tornou-se comum ouvir as pessoas dizerem que terminou o período de enorme progresso econômico que caracteriza o século XIX. Que a rápida melhoria do padrão de vida vai se tornar mais lenta, pelo menos na Grã-Bretanha, que na década que temos pela frente será mais provável um declínio da prosperidade do que um progresso (...)". É dessa forma quase catastrófica que ele inicia a discussão. E qual a impressão de Keynes a respeito daquele contexto? Que a depressão mundial estaria cegando o que está acontecendo sobre a superfície. O autor faz uma série de previsões para os próximos cem anos, ou seja, para o ano de 2030. Ele dirá que o problema econômico, ou a luta pela subsistência, sempre foi o problema fundamental. Desse modo, diz ele, se o problema econômico for resolvido, a humanidade ficará privada de seu objetivo tradicional, e complementa com outra pergunta: "Será isso um benefício? Ocorrerá um colapso nervoso geral porque as pessoas ficaram desprovidas de seu principal objetivo?"

Segundo Keynes, quando o problema econômico for resolvido, pela primeira vez a humanidade enfrentará o seu problema real e permanente. Que problema real e permanente é esse? Como ocupar o lazer, ou seja, seu tempo livre, para viver bem, sábia e agradavelmente, ou seja, como realizar a arte do bem viver? Inclusive ele faz uma projeção: em cem anos, em média, as pessoas vão trabalhar quinze horas por semana. Hoje a gente trabalha em média quinze horas por dia, quem sabe daqui dez anos não chegamos na utopia keynesiana. Mas brincadeiras à parte, o que Keynes prospecta aqui é que no futuro haverá uma mudança de mentalidade, e diz o seguinte: "quando a acumulação da riqueza não tiver mais uma grande importância social, haverá grandes alterações no código de moralidade. Nós seremos capazes de nos desfazer de muitos dos princípios, que nos oprimiram durante 200 anos, através dos quais elevamos algumas das qualidades humanas

mais repugnantes à posição das mais altas virtudes. Seremos capazes de nos permitir avaliar em seu real valor o motivo econômico. O amor ao dinheiro como uma posse será conhecido pelo que é. E Keynes sempre carrega nas palavras, "uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semi criminosas e semi patológicas". Ele sugere que quando a questão econômica estiver suficientemente resolvida, as pessoas vão se dar conta de que elas estavam valorizando coisas erradas. E vão se voltar para a arte do bem viver, para a vida comunitária, para a convivência com a sua família, para de fato desfrutarem suas vidas. O trabalho será apenas uma parte da vida das pessoas, e não a principal delas. Que bonita a utopia keynesiana, eu gostaria de chegar nesse mundo do Keynes em dez anos. Fica a pergunta: o que fazemos enquanto a gente não chega lá?

Se o mundo não está próximo desta utopia keynesiana, e o Sul Global? Parece estar ainda mais longe dessa utopia porque não resolvemos ainda problemas econômicos muito básicos. Nesse quadro de quase desespero que eu desenhei para vocês, especialmente na periferia do Sul Global, agora vou fazer mais uma viagem no tempo para olhar o que a história das ideias nos traz de inspiração para pensar o contexto específico da periferia.

O contexto do pós Segunda Guerra foi outro momento profícuo para o debate de ideias. Diz o professor Fiori que ali teria chagado uma quase geocultura do desenvolvimento. É como se tivesse chegado o momento da auto determinação dos povos, em que todo mundo se alçaria à condição de desenvolvimento e é nesse contexto que se origina o desenvolvimentismo clássico. É um contexto em que se apresenta uma rejeição às políticas do tipo laissez-faire, aquelas mesmo que Keynes havia criticado no fim do laissez-faire. Abro esse espaço portanto para diversas teorias econômicas de cunho intervencionista, especialmente de viés keynesiano. No centro, ou seja, na ala Norte do mundo, se consolidam bases para a construção do Estado de Bem-Estar Social. Já na periferia, que tinha problemas que antecediam aqueles dos países centrais, abre-se a

possibilidade de um novo caminho dado pela perspectiva desenvolvimentista. É nesse contexto que se coloca a necessidade de pensar políticas específicas para o enfrentamento dos problemas dos países do sul global ou da periferia capitalista. Eu gosto muito de uma frase do Prebisch, em um texto dele de 1964: "a tarefa de corrigir um atraso econômico não pode ser comparada ao problema da recuperação econômica europeia nem mesmo depois de uma guerra destrutiva". O que Prebisch está dizendo aqui? Ora, a profundidade e a complexidade dos problemas enfrentados por aqueles contextos dos países subdesenvolvidos, é muito mais difícil de lidar do que simplesmente uma recuperação. Porque há que se construir algo que ainda não foi construído, os problemas são mais profundos e estruturais. Isso exige uma atuação, pegando lá o gancho do Keynes, uma atuação estatal muito mais orgânica e importante do que simplesmente o nível de demanda agregada. E aí outro autor extremamente importante é o Celso Furtado. Ele vai deixar muito evidente que o subdesenvolvimento não é uma etapa que antecede o desenvolvimento. Existe aqui uma teorização própria, e é isso que esses autores estão se esforçando em fazer e aqui destaco especificamente a perspectiva latino-americana.

Na perspectiva desenvolvimentista, o caminho do desenvolvimento das nações atrasadas seria a industrialização, ou seja, por meio da diversificação e complexificação da matriz produtiva dessas economias. O que se esperava é que a diversificação também transformasse a maneira como essas economias participavam do jogo internacional, ou seja, requalificar o seu padrão de inserção externa. Estes autores identificavam no comércio externo nacional uma forma de armadilha, de aprisionamento dessas nações na sua condição inicial de subdesenvolvimento por conta da especialização produtiva em bens de baixo valor agregado. A estratégia desenvolvimentista necessariamente passa pela necessidade de industrialização. E para que a industrialização fosse possível nesses contextos

inicialmente atrasados o papel do Estado se coloca como fundamental para planejar esse plano nacional de desenvolvimento e, muitas vezes, a depender do contexto da necessidade, atuar diretamente investindo nessas economias. Em que lugar você vai conseguir desenvolver uma indústria se você não tem uma infraestrutura básica colocada? E quem individualmente, como capitalista individual, vai querer mobilizar tanto capital em infraestrutura básica? O Estado tem um papel fundamental nesse processo, seja para empurrar esse carro e fazê-lo começar a andar, seja para eventualmente dirigir esse carro por um tempo.

Aí vem a pergunta que os estruturalistas fazem: a industrialização daria conta de todos os problemas? Seria ela suficiente? Aí vem a questão distributiva: como os estruturalistas nos ensinaram, a robusta dinâmica do sistema está diretamente relacionada à sua capacidade de redistribuição, ou seja, não bastava resolver processo ou as formas de acumulação de excedente, era também necessário mexer na maneira como esse excedente era distribuído pela sociedade. Ou seja, além das transformações relacionadas à matriz produtiva, eram também necessárias transformações sociais relacionadas à forma como se distribuía essa riqueza que estava sendo gerada. As duas combinadas levariam possivelmente a um quadro de desenvolvimento no futuro.

Além das questões sociais à que estou me referindo e colocando mais cores na questão distributiva, outras questões envolvem todo esse processo. O Celso Furtado é um autor que traz toda essa riqueza em sua obra, que são questões políticas, questões ecológicas e também culturais. Tudo isso imbricado, interligado, na perspectiva estruturalista, nos convida a fazer essa salada de variáveis que levam à conformação do que Celso Furtado vai definir como a "teoria do subdesenvolvimento". São muitas variáveis concorrendo ao mesmo tempo. Será que se apontarmos somente para uma delas resolveremos esse problema? Chegando ao século

XXI e pensando no nosso contexto pós-pandemia eu elenco aqui o que eu penso ser os principais três desafios que se apresentam.

Primeiro, o da sustentabilidade ambiental, que coloca em xeque as velhas estratégias de desenvolvimento dos tradicionais modos de vida. Depois, o fortalecimento da democracia, ameaçada pelo clima de desesperança e intensificado pelo contexto de crise. Por último, a busca pela equidade. Mesmo antes da pandemia, estamos observando uma desigualdade crescente e recrudescida pelas suas interseccionalidades, ou seja, as desigualdades que se interseccionam relacionadas à etnia, à raça, à gênero e identitária. E na periferia os desafios são maiores. Como fazemos para garantir e fortalecer a democracia em regiões com memória e tendência marcadamente autoritárias. Como fazemos para enfrentar as desigualdades historicamente estabelecidas? E aí a gente chega, e eu quero trazer essa discussão um pouco mais para o Brasil nos últimos cinco ou seis anos, talvez dez anos. Estamos retrocedendo no nosso potencial de geração de excedente, tendo em vista o processo de reprimarização da nossa pauta exportadora e de desindustrialização precoce, frente aos quais parece que estamos buscando soluções antiquadas.

Por que estou fazendo essa provocação? Porque é da estrutura produtiva, segundo nos ensinaram os desenvolvimentistas clássicos, especialmente os estruturalistas, que se derivam e se multiplicam os impulsos dinâmicos, que são efeitos multiplicadores da renda e do emprego. O comércio externo figura aqui como um dos canais essenciais que condicionam e são condicionados por essa estrutura produtiva. A especialização comercial vai impactar as demais atividades econômicas de um país, como o emprego e a renda. Então a gente pensa a matriz produtiva como uma grande rede interligada. E a maneira como esta matriz se comporta no comércio internacional decorre dessa rede. E a depender da especialização dessa economia no comércio internacional, ela também impacta a maneira como essa rede é organizada internamente, ou seja, está tudo interligado. Eu gosto bastante da



ideia, que também procede do Keynes, que o sistema econômico é um todo orgânico complexo. Então está tudo interligado, conectado. E por outro lado não implica que o crescimento e o desenvolvimento sejam necessariamente carregados pelo setor externo. Mas, por outro lado, a inserção, e aqui eu reproduzo palavras de um texto que escrevi com a professora Cristina em 2019, "a inserção externa, os fluxos nacionais de bens, serviços e capitais, marcam a trajetória de desenvolvimento do país e suas consequentes desigualdades, formatando e condicionando as suas estruturas e instituições".

O contexto do Consenso de Washington do qual resultou o novo consenso macroeconômico de juros altos, superavit primário e câmbio valorizado, se configurou, como bem diz Ha-Joon Chang, um chute da escada. O Brasil é um caso de desindustrialização precoce, aquele que ocorre antes da estrutura produtiva do país alcançar uma maturidade suficiente para transitar como uma economia de serviços avançados. A participação da indústria no PIB em 2018 foi a mais baixa nos últimos 60 anos. Por enquanto não há nenhuma perspectiva de melhora. Dados recentes que foram divulgados ano passado foram mais desesperadores ainda com relação ao desempenho da indústria. Estamos à espera de um milagre. Desde o impeachment da presidenta Dilma em 2016, a modificação da direção da política externa brasileira também vem agravando a nossa vulnerabilidade externa, intensificando a tendência de manutenção do padrão de inserção externa periférico.

E agora para começar a caminhar para uma perspectiva mais positiva, eu coloco uma pergunta pra vocês. Para que serve a ciência? Para que serve a economia? Para que serve a Gestão de Políticas Públicas? Por que vocês pensaram uma semana para colocar as pessoas para refletir e pensar? E aí eu empresto palavras para a professora Mariana Mazzucatto, de uma entrevista que ela concedeu em 2020, já no contexto da pandemia. Ela diz que "as medidas de austeridade impostas após a crise de 2008 foram o oposto do investimento necessário para aumentar a capacidade de

resposta do setor produtivo, e prepará-lo para o próximo choque do sistema". Ela continua, "esta crise e a recuperação de que precisamos nos dão a oportunidade de entender e explorar como fazer o capitalismo de maneira diferente. Isso requer repensar para que os governos servem ao invés de simplesmente consertar as falhas de mercado quando elas surgirem. Os governos devem avançar para criar ativamente mercados para enfrentar os desafios mais prementes na nossa sociedade". Precisamos de uma agenda de desenvolvimento, não adianta novamente ficarmos nos debatendo em políticas de curtíssimo prazo ou de curto prazo, temos que mirar no futuro, temos que mirar o longo prazo. Se a gente não passar a mirar o longo prazo ficaremos nos debatendo sempre presos a essa condição de problemas de curto prazo.

Trago novamente Celso Furtado. Quando um consenso se impõe à uma sociedade é porque ela atravessa uma era pouco criativa. E romper com consensos significa para nós, periferia subdesenvolvida, nos mantermos presos à essa armadilha do subdesenvolvimento. Aí é o convite que faço: sejamos ousados, ousemos nas nossas discussões, nas nossas reflexões, nas agendas de desenvolvimento e nas políticas econômicas que viabilizarão a implementação dessa agenda.

Chegando ao final da minha fala, qual a direção que eu queria que a gente tomasse: primeiro, para viabilizar uma agenda de desenvolvimento a gente precisa de um Estado forte, e não enfraquecido e sucateado. Também precisamos apostar na reindustrialização, mas veja, essa à qual me refiro não é um velho industrialismo do século XX, é uma outra forma. Quando usamos o termo reindustrialização no contexto que estamos, estamos dizendo olha, a gente precisa se preocupar com a complexificação e a diversificação da nossa matriz produtiva na direção de produtos nacionais com maior valor agregado. Isso pode envolver muitas coisas. E principalmente o enfrentamento das desigualdades como um todo. A gente não pode, novamente, esperar o bolo crescer para depois dividir, para usar uma metáfora conhecida. As

desigualdades, o enfrentamento delas deve ser o motor para esse processo, que vai permitir a robustez dinâmica para que esse processo continue. Isso vai passar então pela construção de uma matriz produtiva diversificada, complexa, sustentável e inclusiva, que permita o melhor aproveitamento do potencial do mercado interno e que leve a um padrão de inserção externa mais virtuoso do que temos hoje.

Precisamos também da construção das bases de um Estado de Bem-Estar Social. Para isso precisamos implementar o Estado de Bem-Estar Social que estava previsto na Constituição de 1988, que contemple ações políticas permanentes de proteção social e oferta adequada de bens públicos como saúde e educação de qualidade. E por fim, e não menos importante, priorizar o investimento em educação, pesquisa, ciência e tecnologia para a construção de um caminho sustentável e soberano de desenvolvimento. Um pouco pretenciosa a minha agenda, mas é essa que temos que mirar, pelo menos uma parte dela.

E aqui termino trazendo o Celso Furtado novamente, pois boa parte da inspiração de pensar o desenvolvimento do Brasil deve inevitavelmente a ele. E aqui quero trazer o Furtado, na verdade, com uma voz de esperança. Eu desenhei um quadro bastante difícil, complexo, parecendo até que a gente tem uma armadilha intransponível, mas na verdade, para convidar todos e todas, principalmente os jovens, a lutar essa boa luta: precisamos repensar constantemente a maneira como nós encaramos esse mundo e nos mobilizar para atuar sobre ele. Não podemos ficar esperando a banda passar, temos que pegar o instrumento e participar, esse é o ponto. A responsabilidade dos pensadores e pensadoras, por isso, é bastante grande. A gente não pode se furtar a fazer isso, temos uma missão, e para isso Furtado diz que são importantes dois ingredientes: primeiro, a imaginação e a criatividade. E segundo, a coragem para se arriscar na busca do incerto. O que ele está querendo dizer com isso? Cuidado com os consensos de pensamento, que podem não ser adequados para o

que você precisa resolver. E o que queremos? Eu quero realizar a utopia keynesiana. Eu também quero realizar o sonho furtadiano, que é uma sociedade justa e um país verdadeiramente desenvolvido. E como imaginamos esse país, esse sonho furtadiano? As pessoas donas de seus próprios destinos, não porque elas são obrigadas a correr atrás de seus próprios interesses, mas porque as condições socioeconômicas permitem que elas assim o façam. E para construir essas condições socioeconômicas, não vai ser de forma espontânea. Precisamos trabalhar coletivamente para construir esse novo ambiente, e aqui fecho com uma citação de Furtado como não poderia deixar de ser: é a partir do conceito de desenvolvimento que se pode afirmar que o homem e a mulher são um elemento de transformação, agindo tanto sobre o contexto social ecológico quanto sobre si mesmo. Somente uma sociedade aberta, democrática e pluralista é apta para um verdadeiro desenvolvimento social.

**Um novo mundo do  
trabalho: uberização e  
precarização**

## Entregadores Antifascistas e a luta por direitos<sup>3</sup>

**Paulo Galo<sup>4</sup>**

Eu trabalho como motoboy desde 2012. Em 2015, eu sofri dois acidentes que quase tiraram minha vida e resolvi parar. Aí, em 2017, arrumei outro trampo de carteira registrada, primeiro trampo que eu tive de carteira era de motoboy. Quando fui arrumar outro, arrumei de técnico de telefone em 2017, época que minha filha nasceu, mesma época que fui despedido. Fiquei desesperado, tive que comprar uma moto parcelada, ir atrás de emprego de motoboy que era o que eu tinha mais experiência com carteira de trabalho. Quando você tem uma família você quer ter garantia, um salário no final do mês, um FGTS acumulando, seguro-desemprego se for mandado embora, quer ter direitos que garantam você e sua família. O FGTS é uma coisa louca porque a maioria das pessoas que eu conheço conseguiram casa utilizando o FGTS como entrada. O cara trabalha dois anos, 20 anos em uma empresa e na hora de dar entrada num apartamento, terreno, faz essa entrada e consegue conquistar a casa própria.

Eu queria essas garantias para poder cuidar da minha família, da minha filha. Aí eu tirei a moto, fui atrás de um trampo registrado e em 2019 já não tinha mais trampo registrado de moto, muito pouco. O sindicato fala que já teve 25.000 assinaturas de carteira e hoje conta com 5.000, então eu tive que me cadastrar em aplicativo. Logo no começo eu descobri que os aplicativos eram uma roubada, não era algo que eu ia conseguir cuidar da minha família da forma que eu gostaria, também não pensava em arrumar um trampo para

---

<sup>3</sup> O artigo foi transcrito a partir da fala original na XV Semana de Gestão de Políticas da USP, ocorrida de forma virtual em outubro de 2020. O texto preservou a oralidade da apresentação, apenas com pequenas adaptações. A versão original pode ser consultada na página oficial do Centro Acadêmico Herbert de Souza: [https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw\\_Pw/videos](https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw_Pw/videos)

<sup>4</sup> Motoboy e criador do movimento dos Entregadores Antifascistas.

dar para minha filha a mesma vida que o Luciano Huck dá para a dele. Eu queria garantias, você precisa de garantias. Porque a gente olha para o nosso futuro, mas quando a gente tem filho, isso vira um desespero, você não quer que sua filha venha a passar por nenhuma das coisas que você passou, dificuldades. Eu já vi no começo, em 2019, que os aplicativos eram uma roubada. E as pessoas falavam, se estava ruim por que você não saiu? Era só sair, não é escravidão.

É simples, você não sai dos aplicativos pelos mesmos motivos que você não sai das suas dívidas. Não dá para você assumir uma dívida de carro e sair dela, dívida da casa e sair dela. Deixar de pagar aluguel, então não é fácil sair. Eu comprei uma moto, parcelei, tinha um monte de coisa pra pagar, aluguel, comida, fralda, situações comuns da vida de um trabalhador que não me deixavam voltar para trás, era o que tinha e eu teria que enfrentar aquilo mesmo que fosse ruim. E do outro lado da história não tinha carteira assinada, então como eu ia sair dali? Era o que tinha, o que dava. Passei por um monte de coisa no aplicativo, até droga fui colocado pra entregar. Acabei descobrindo, sem eu saber, coloca você para buscar uma bolsa na Faria Lima e entregar no Morumbi, aí o motoboy acaba descobrindo as coisas que talvez nem quisesse descobrir. Passei por poucas e boas, até chegar no 21 de março que foi meu aniversário de 31 anos de idade, quando a Uber Eats me bloqueou, o pneu da minha moto furou, a Uber Eats garantiu que não me bloquearia e mesmo assim bloqueou. Eu no outro dia já tinha sido bloqueado pela Uber, fiquei revoltado e falei: não vou chorar para a Uber trazer de volta meu cadastro não, vou lá na Globo, mostrar como aplicativo é zoado.

Fiquei falando sozinho na porta da Globo sem ninguém me ouvir. O segurança falou que se eu tivesse comida para entregar dava para eu entrar, e denúncia eles não estavam recebendo no momento. Na época eu tinha uns 300 seguidores no Instagram e coloquei lá, quem tem um contato de jornalista para fazer uma denúncia? Isso que a gente faz, pedir ajuda, aí me mandaram o

contato da Intercept. Fiz um vídeo, em março o vídeo viralizou, quando eu comecei a fazer abaixo assinado, tentei convencer os companheiros, foi quando eles começaram a me mandar pra Cuba, falavam assim: "O aplicativo não está bom para você, vai pra Cuba!". E eu ficava chateado pra caramba porque eu falava assim, se fosse um playboy me mandando pra Cuba eu pedia a passagem para ele e ia na hora, batia a foto na estátua do Che e mostrava para o otário a viagem da hora que eu fiz. Mas um trabalhador igual você, um cara que está sofrendo que nem você, te mandando pra Cuba, isso rasga a sua carne.

Aí eu fiquei ouvindo esse vai pra Cuba várias vezes, quase fez eu desistir, quase funcionou. Aí eu falei, quer saber, quem sofre mais é quem sabe, porque minha luta era por alimentação, fazer os aplicativos garantirem café da manhã, almoço, janta, lanche da tarde e lanche da madrugada. E a partir disso começar uma luta pelo vínculo empregatício, porque para você fazer eles assumirem o vínculo empregatício primeiro você precisa deixar um rastro, e esse rastro de vínculo não existe. Eles ficam se escondendo em coisas juridicamente porque eles conseguem se esconder, tem bons advogados para isso. Aí eu fui mudando de estratégia e falei: vou conversar com o pessoal da bicicleta. Quem sofre mais entende mais e o pessoal da bike sofre muito mais que o pessoal da moto, acaba sofrendo um grau a mais. Aí conversei com os companheiros, com os caras da Paulista. Poucos entregadores ali, consegui fazer um discurso ali no momento e convidei para o ato antifascista e antirracista. Achei que ninguém ia, eu falei lá sobre a proposta dos entregadores antifascistas, mas não existia os entregadores antifascistas, existia só o entregador antifascista que era eu. E aí quando foi no ato antifascista e antirracista tinha um monte de jornalista, repórter querendo saber de mim e dos entregadores e eu não tinha ninguém para apresentar, achava que ninguém ia aparecer. Quando menos esperava apareceu um, dois, três, quatro, dez, e pensei pronto, já era, o movimento existe. Foi aí que aquele segundo vídeo viralizou, que eu falo "aqui não tem perdedor de p\*\*



nenhuma, nós é força de trabalho", aí o segundo vídeo viralizou, e foi quando o boom aconteceu.

O mundo virou de cabeça para baixo. Eu era um motoboy que não conseguia uma resposta da Uber, quatro meses atrás eu era tratado como nada. Quatro meses depois estava o Luciano Huck ligando no meu telefone dizendo que ele queria fazer uma reunião comigo e com o Fabrício dono do Ifood para a gente poder bater um papo. Ou seja, meu mundo virou de ponta cabeça, e eu estava negando o Luciano Huck, falando não, de porta fechadas eu não conversei com patrão. Falei nossa, a coisa mudou, estou negando o Luciano Huck, levei essa para o sistema: minha geladeira está vazia, mas neguei o Luciano Huck. Mas firmeza, o caminho é esse mesmo, acredito muito nesse caminho por mais que seja doído. Aí estamos até agora nesse caminho de luta.

O mais difícil dentro da caminhada foi fazer os companheiros voltarem a se enxergar como trabalhadores. A pessoa pergunta pra mim: qual foi a conquista da greve? Como se os aplicativos tivessem atendido alguma das demandas da greve e não rolou. A maior conquista da greve foi os trabalhadores voltarem a se enxergar como trabalhadores. Eu chegava lá na greve, o trabalhador estava feliz, um jogando o capacete para cima, outro com sorriso no rosto, eles estavam felizes naquele dia importante. Não tinha ninguém se sentindo empreendedor, estava todo mundo se sentindo trabalhador. Eu falo que eu não sou empreendedor, sou empoderador, sou outras ideias, meu caminho é de empoderar o companheiro ao meu redor. Eu acredito que o poder tem que estar na mão do próprio trabalhador. Se tem algum caminho para esse país seguir de forma saudável é levando o poder para a mão do trabalhador, dando o poder para os trabalhadores, e aí a partir disso conseguimos fazer qualquer coisa saudável. Pra mim foi a força de trabalho que fez tudo, não tem nada no mundo que não tenha sido feito pela força de trabalho, desde a roupa que a gente usa, os equipamentos eletrônicos que a gente usa, a tinta que está na sua parede, qualquer coisa ao seu redor foi a força de trabalho

que fez, então nada mais justo que o poder estar na mão da força de trabalho.

O trabalhador precisa ter o poder na mão para poder decidir. Porque só o trabalhador para saber o que é bom para ele. Não tem classe trabalhadora no executivo, não tem classe trabalhadora no judiciário, não tem classe trabalhadora no legislativo, não tem classe trabalhadora em nenhum poder. Classe trabalhadora não tem o poder na mão, de decisão das coisas. Não acredito que só organizar os entregadores hoje seja o caminho. Acredito que a classe trabalhadora no geral precisa que se organize para poder solucionar esse problema da uberização. Só os entregadores é muito pouco, fica difícil porque a coisa não vai ficar só nos entregadores, daqui a pouco a coisa pula. Daqui a pouco os carteiros são uberizados, os correios viram aplicativo. Daqui a pouco as empregadas domésticas viram aplicativo, daqui a pouco não, já viraram. Daqui a pouco são os marceneiros, metalúrgicos, os jornalistas. Daqui a pouco está todo mundo trabalhando por aplicativo, uberizado. Então adianta organizar só os entregadores? Não. Pra mim, a classe trabalhadora precisa se organizar, até para poder evitar que isso aconteça com eles, se organizar para falar: ó, está chegando um tempo ruim. Formiga não é assim? Formiga trabalha para chegada do inverno, o inverno está chegando, todo mundo tem que estar ligeiro. Então qual é a situação?

Pra mim, o caminho é a classe trabalhadora se organizar porque senão, não vai funcionar, a uberização vai avançar e vai avançar mesmo. A uberização é o desdobramento da Revolução Industrial. Na Revolução Industrial você teve uma nova tecnologia que chegou que era a máquina. A máquina era para auxiliar o trabalhador a produzir mais, trabalhar menos ganhar mais, aumentar a produção para o trabalhador poder fazer menos e ganhar mais, porque é isso que a gente quer e o que a gente merece, trabalhar menos e ganhar mais. Está cheio de gente que chama a gente de vagabundo por causa desse discurso, que a gente quer trabalhar menos e ganhar mais, mas é isso que a gente merece. E o que a máquina fez, essa

nova tecnologia? Auxiliou o lucro do patrão. O patrão percebeu que a máquina fazia o serviço de dez, mandou nove embora, capacitou um para operar a máquina, então a máquina que era para auxiliar o trabalhador a trabalhar menos e ganhar mais suprimiu o emprego dos trabalhadores. Trazendo pra hoje, o aplicativo era pra ser uma ferramenta para driblar o desemprego. Você tem uma ferramenta que aquece o mercado, conecta os entregadores aos restaurantes, aos clientes, cria essa rede de circulação e pronto, aqueceu o mercado, você está solucionando o problema do desemprego.

Só que o que acontece é que mais uma vez a tecnologia está sendo utilizada para auxiliar o lucro do patrão. Então os caras já estão bilionários, viraram unicórnio, unicórnio é quando passa de um bilhão. O que era para auxiliar o trabalhador, auxiliou o lucro do patrão mais uma vez, então a gente tem aí a uberização como desdobramento da Revolução Industrial. Como a Revolução Industrial avançou com tudo na classe trabalhadora, a uberização agora vai avançar também. E vai pegar todo mundo. Se a classe trabalhadora não se organizar para lutar contra isso, ferrou. Só os entregadores não vão dar conta, porque já é difícil organizar os entregadores. Pode organizar os entregadores de uma forma que a gente faça greve todo mês. Só vai adiantar quando isso pular para os correios, para os correios começarem a passar pela exploração, pela uberização, para depois entender que precisa parar. Vai ter que acontecer com outras categorias para elas começarem a se organizar, e parar pra lutar e descobrir que tem que lutar pelos direitos. Eu acho que teve muita greve que aconteceu por aumento de salário. E não é uma crítica direta a essa situação, os trabalhadores têm que ganhar mais mesmo. Só que penso assim, quando você começa a lutar muito pela demanda e esquece dos direitos, você está funcionando junto ao capitalismo.

Qual é a conquista dos trabalhadores, o conjunto de luta dos trabalhadores? A CLT. Primeiro começa pela liberdade, direito básico. Primeiro a gente conquista a liberdade, depois o salário mínimo, férias, FGTS, décimo terceiro, seguro-desemprego. O

auxílio maternidade, vamos conquistando direitos. Quando a gente para de pensar nos nossos direitos e começa a pensar mais na demanda, aumento de salário, eu acho que a gente começa a fazer um pouco do jogo do capitalismo, começa a beber um pouco dessa água do capitalismo e aí a gente começa a se embriagar um pouco e se perder. Então a minha luta é por direitos, eu acredito no conjunto de lutas dos trabalhadores, eu não joga a CLT no lixo. E tem muita gente que fala assim, "ah, a CLT é do Getúlio Vargas!". Onde que você viu isso? Getúlio Vargas era um fascista que entregou a Olga Benário grávida para os nazistas. E a minha lógica é simples: ele não estava em Palmares lutando pela liberdade, não estava na porta da fábrica lutando por salário mínimo, não estava fazendo greve. Ele deu uma canetada, e você tem que entender que é o punho cerrado que faz a caneta tremer, tudo que os trabalhadores têm hoje foi conquista dos trabalhadores. Não quer dizer que alguém foi lá deu uma canetada e pronto, entregou para nós de mão beijada. Não tem nada de direito dos trabalhadores que foi dado por um patrão, ou que foi dado por governante fácil, sempre teve pressão popular para conquistar os direitos. Todas as conquistas dos trabalhadores são mérito deles. Falar que o Getúlio Vargas deu a carteira de trabalho para os trabalhadores é a mesma coisa que falar que a Princesa Isabel deu a liberdade pra nós também. Nem ela deu a liberdade pra nós e nem o Getúlio Vargas deu a liberdade pra nós. Foi tudo a gente que conquistou.

E acredito que a gente tem uma responsabilidade para com a próximas gerações. Eu estava conversando com um dos entregadores antifascista, o Adolfo, e ele largou uma pra mim assim: Galo, a gente tem uma responsabilidade, tem moleque que tem 13 anos e daqui dois anos está colocando uma caixa nas costas, a gente tem responsabilidade com esses caras. Ó que louco! Pra mim, o lance não é ser empreendedor, o lance é ser empoderador. Empoderar a classe trabalhadora e seguir por esse caminho. Hoje uma das maiores vitórias que eu coloco é ter conseguido me conectar bem com os metalúrgicos, os metroviários, os portuários,

os petroleiros, os bancários. Porque a minha estratégia é um dia conseguir fazer uma greve da classe trabalhadora no geral. Eu sou ambicioso nesse ponto, fazer uma greve da classe trabalhadora contra a uberização, contra a retirada de direitos, contra a reforma da previdência, contra a reforma trabalhista, contra o que fazem com o trabalhador nesse país. Somos trabalhadores e precisamos estar unidos e entender o que é ser um trabalhador. É sangrar, doar, chorar, seu sangue seu suor, doar sua força de trabalho por aí, e a gente precisa que isso seja valorizado pelo mundo, pelo Brasil. E o caminho é a gente se unir e mostrar a coisa bonita que a gente é, mostrar urgentemente, porque trabalhador é isso, é um ser magnífico, que construiu o mundo.

Eu falo isso para os meus colegas: quando foi que você começou a desistir de ser um humano que construiu o mundo para ser um humano que destruiu o mundo? Vocês querem ser o patrão, o empreendedor, o ricão, o cara que passa por aí esbanjando dinheiro? Você é o ser humano que construiu o mundo. Você que levantou as pirâmides do Egito, a Torre Eiffel e mandou os foguetes pra Lua. Sabe o engenheiro que ganha diploma, nobel, não sei o que? Ele não é nada sem o parafuso que o metalúrgico faz. Manda o engenheiro fazer o negócio dele sem um parafuso. Está todo mundo conectado. Eu não faço diferença de força intelectual e braçal. Pra mim, a força de trabalho é o conjunto da força intelectual e braçal, eu não faço diferença um do outro, de um lixeiro para um médico, de um metalúrgico para um engenheiro.

Eu acredito muito nisso, na caminhada do Paulo Freire. Acredito que o conhecimento já ensina as pessoas, você não precisa ensinar as pessoas a nada, o conhecimento já está lá! Você só precisa falar algumas palavras-chaves e elas vão ativar coisas dentro do trabalhador que já existem lá. O trabalhador é um gênio. Está acumulando coisas na mente dele que são pequenas coisas que ele escuta, que ele vê que faz ele trazer todo esse conhecimento para fora. E ainda tem gente acreditando que precisa ensinar o pessoal, ensinar a classe trabalhadora a se unir, não! O ponto de união já

está lá. Tudo que a gente tem que fazer é sair gritando por aí a nossa verdade, porque as verdades se conectam, eu acredito nisso. Nas verdades que se conectam. Eu acredito que o mundo vai ser mudado por várias verdades que vão se conectando e se transformando numa verdade cada vez maior. E qual é a verdade? Existe força de trabalho sem patrão, não existe patrão sem força de trabalho. Pode falar de neoliberalismo, pode criar mil coisas para tentar me enganar! Eu sempre botei isso na minha cabeça, existe força de trabalho sem patrão, não existe patrão sem força de trabalho! Ah, mas se não tiver patrão? Se não tiver não tem, e nós não precisamos do patrão. Agora se não tiver força de trabalho, o mundo acaba. Se não tiver patrão o mundo melhora. Mas sem força de trabalho, o mundo acaba! Eu acredito nisso.

## Os desafios do Trabalho contemporâneo: entre a submissão e a invenção do futuro<sup>5</sup>

**Marta de Aguiar Bergamin<sup>6</sup>**

Esse tema da uberização do trabalho interessa a todos. Vou falar um pouco de alguns aspectos que considero importantes para debater o tema e depois compartilho alguns pontos das minhas pesquisas recentes para dialogar com Galo sobre o sentido do trabalho. O trabalho informal vai se transformando em uma via única ou se apresenta como uma das poucas possibilidades de acesso a algum trabalho. Mais especialmente para quem mora na periferia, especialmente aos jovens, que vão encontrando barreiras tácitas e poucas possibilidades disponíveis no mercado. Estamos em um momento bastante sensível de crise do mundo do trabalho e a chegada das formas uberizadas do trabalho expressam o modo como um exército de brasileiros se encontram em atividades precárias, intermitentes, sem acessar direitos, com remuneração muito baixa e extensas jornadas laborais.

Isso me instiga a pensar em alguns contrapontos ao precariado: um tipo de trabalho que possa trazer possibilidades de crescimento, configurando potencial de transformação da vida das pessoas. O trabalho tem essa configuração social central de produção subjetiva de sentido. Nessa medida, participar de um movimento social pode se tornar um engajamento potente para a produção de significação subjetiva, o que torna a vida social mais interessante já que traz para o cotidiano vínculos sociais promovidos por esse trabalho militante, que leva à outras

---

<sup>5</sup> O artigo foi transcrito a partir da fala original na XV Semana de Gestão de Políticas da USP, ocorrida de forma virtual em outubro de 2020. O texto preservou a oralidade da apresentação, apenas com pequenas adaptações. A versão original pode ser consultada na página oficial do Centro Acadêmico Herbert de Souza: [https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw\\_Pw/videos](https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw_Pw/videos)

<sup>6</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

configurações da vida. A cultura foi se tornando na periferia de São Paulo, na zona sul da cidade, nas últimas duas ou três décadas, um complexo de lutas e campos de trabalho. Trabalhos esses que em alguns casos representam uma reconversão social, ou seja, quebras com as trajetórias sociais mais comuns na periferia: uma atividade laboral reconhecida pelo senso comum como algo viável para se obter renda imediata. E os trabalhos ligados à cultura nem sempre representam fontes de renda imediata ou de reconhecimento social na periferia. Mas, para quem abraça o campo cultural como trabalho principal, ou mesmo como um trabalho paralelo, acaba por constituir uma fonte de organização da vida, uma organização política da vida, assim é para muitos militantes e ativistas desse campo: fonte de produção de sentido.

Então, olhando para a outra ponta: a uberização do trabalho não confere sentido forte. Por ser um trabalho sem forma, como alguns sociólogos do trabalho mostram (Abílio, Ludmila C. “Uberização: subsunção real da viração”. Blog da Boitempo. 22.fev.2017) um trabalho informal, amador e que vai se configurando em conjunto com discursos do empreendedorismo como uma atividade laboral disponível a todos. A aposta é em um projeto individual de trabalho, que traga à vida maior liberdade de uso do tempo, de execução das atividades laborais. Muitos daqueles que fazem entrega ou trabalham em um aplicativo se veem como empreendedores de si.

A luta por direitos vai se esmorecendo quando a produção dos discursos chega nas concepções e práticas dessas novas formas de trabalho. As pessoas já se interessam menos pelas formalizações do trabalho demonizadas nos discursos empresariais que se passam como discursos universais. O interesse em ser CLT nesse processo neoliberal de gestão individual da vida laboral e um consequente desmonte a partir do discurso do empreendedorismo de si disputa com a formalidade do trabalho. A segurança da vida a partir de um trabalho vai deixando de fazer parte do horizonte do imaginário do trabalho nessa conformação de um crescente precariado. Na aparência dos discursos entranhados na nossa sociabilidade



neoliberal fica parecendo que a formalidade do trabalho é ruim para o país e para as pessoas, que não terão liberdade de horários e ainda ganham com as características que esse trabalho de aplicativos ganhou.

Uma característica adicional desse novo momento de trabalho é a composição algorítmica que chega também no campo laboral. De alguma forma, se entregou todo o conhecimento, toda a parte criativa do trabalho, para o aplicativo. Um movimento pós taylorista dos controles, em que o capital adquire todo o conhecimento e entrega para o trabalhador os riscos e custos do trabalho. A compra financiada da própria moto, para o trabalho de entrega, o aluguel do carro para fazer uber, a manutenção dos equipamentos, os riscos de um acidente no horário de trabalho. Tudo isso é entregue para os trabalhadores sem nenhum custo para o capital, que fica com os lucros e a manutenção do software, mas não quer configurar vínculo empregatício com os entregadores. Ao mesmo tempo, o trabalho mediado pelo algoritmo precisa do tempo cada vez maior do trabalhador, que acaba preso em procedimentos gameificados de engajamento do trabalho, onde os critérios não são explícitos e a remuneração inconstante. O algoritmo carrega diversas implicações nos controles de gestão da vida que poderíamos chamar atenção, pensando como um momento ainda mais complexo de toda essa composição do mundo do trabalho.

Desta forma, o capital vai absorvendo tudo de interessante, de conhecimento, que o trabalho produz e deixa para o trabalhador menos qualificado, periférico os resíduos negativos disso: os custos, os riscos e uma remuneração cada vez menor e também incerta em um engajamento de tempo de trabalho cada vez maior, processo que se reforça na pandemia.

É um trabalho que precisa de uma regularização e essa disputa que o movimento dos trabalhadores por aplicativos pode fazer é importantíssima, porque este trabalho tem sustentado o país em um momento de desemprego agudo como o que vivemos. É a única

possibilidade de trabalho para muitos jovens em um momento de desemprego alto e de difícil entrada no mercado de trabalho.

O que me preocupa, entrando, nas minhas pesquisas, é a juventude. O que estamos entregando para os jovens e contanto para os jovens do que é o mercado de trabalho? Do que é futuro das suas inserções de sociabilidade no país para eles? As perspectivas são muito limitadas para um jovem de periferia, especialmente para os negros e negras, que têm acesso menor aos estudos, e que precisa gerar uma renda imediata. A uberização do trabalho acaba sendo apresentada como uma das poucas opções para a juventude na periferia. Há também disputas acontecendo, como o trabalho ilícito, o mercado de drogas. O próprio Galo comentou que os entregadores estão sujeitos à ilicitudes sem ter conhecimento do que estão entregando. Assim, apresentar a uberização como a única possibilidade é reduzir demais o escopo de atuação dos jovens e acaba por bloquear o futuro de uma geração que deveria estar sendo preparada para esse futuro tecnológico.

O que tenho investigado em minhas pesquisas é a participação militante e implicada na produção cultural na periferia da zona sul da cidade de São Paulo que vai tecendo uma significação na produção comum da vida que pode colaborar para romper com as desigualdades raciais e sociais através de novas inserções de trabalho com a produção de identidades que produzem sentido. Uma militância ativista na área da cultura permite realizar um trabalho, que compõe o tecido social em uma produção do comum – a produção de um mundo comum onde uma solidariedade possa fazer parte da vida.

Isso remete à minha primeira questão que muito me interessa na sociologia do trabalho, de entender como podemos produzir um sentido mais forte para a vida a partir do trabalho. O encontro do trabalho com a política, que é isso que Galo vivenciou, mostra a potência que a política permite como construção de significação subjetiva da sociabilidade. O sentido do trabalho com vínculos de

produção de identidades, que ganham caráter político na produção do que se pode possivelmente nomear como comum.

Os trabalhos ligados à cultura na periferia de São Paulo ganharam um lugar social de ativismo e militância para muitas personagens ligadas ao campo cultural, produzindo novas conformações de trabalho como possibilidades para os mais jovens. Esse comum que entrelaça lutas cotidianas periféricas e conecta diversos ativismos que repensam as inserções no mundo do trabalho é potente como forma de vida. Ativando uma imaginação social muitas vezes bloqueada na periferia e que passa pelo trabalho; pelo trabalho fora do trabalho, transmutando as experiências de trabalho nas franjas sociais para além dos discursos do empreendedorismo de si que parecem como farsa de práticas que são só submissas a uma vida social desprovida de sentido.

O ativismo político, nessa medida, pode ser observado como trabalho, mostrando as faíscas que as conversões de sociabilidades produzem na periferia, para que a significação e produção subjetiva faça parte da vida de trabalho de quem habita esses territórios mais distantes do centro. O trabalho com produção de sentido perfaz, então, um outro polo do mundo do trabalho na luta por outra inserção social que saia dessa constituição que a produção neoliberal da vida social acaba determinando aos mais pobres: um lugar submisso à reprodução social da pobreza.

Nessa medida, o campo cultural que se forma como identidade social ganha essa dimensão política por sua implicação, por colocar o conflito como motor da vida na periferia. A reivindicação de fazer parte do mundo comum conduz a uma racionalidade política que se instaura no conflito, como diz Rancière (O desentendimento – política e filosofia. São Paulo: editora 34, 1996). Disputar recursos, disputar narrativas, mudar práticas. O campo da cultura pode se apresentar, nas suas dimensões militantes, como campo de disputa de novos modos de vida, da circulação de novos afetos na construção de campos novos

de trabalho e, portanto, de modos de vida. A invenção de trabalhos,  
é certa invenção de futuro.

# **Os desafios da Educação no pós-pandemia**

## Educação pública: Qualidade antes e pós-pandemia da COVID-19<sup>7</sup>

**Claudia Costin<sup>8</sup>**

Primeiramente, reforço a importância de falar com um centro acadêmico que se interesse pela gestão de políticas públicas. Estamos em uma época em que as políticas públicas acabam competindo com agendas que não fazem sentido, com comportamentos individuais, numa abordagem conservadora, ou com teorias anticientíficas. Nós temos que voltar a discutir políticas públicas no Brasil. Afinal, estamos nos aproximando de um momento eleitoral, queremos ouvir dos candidatos quais são suas propostas de políticas públicas e não apenas trocas de críticas superficiais, a partir de uma matriz conservadora.

Dito isso, entrarei no tema das políticas públicas educacionais, a partir de um processo que acompanhei de perto, o de formação dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu presenciei a formulação desses objetivos entre 2014 e 2015, momento em que as Nações Unidas prepararam e aprovaram os "Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis-ODS" e, em especial, o ODS 4, que se referia especificamente à educação. Este objetivo preconizava a garantia de educação inclusiva, equitativa e de qualidade e vislumbrava a oportunidade de se assegurar aprendizagem ao longo da vida para todos.

Parece uma linguagem diplomática, mas é, na verdade, uma questão muito mais profunda. Primeiro porque estamos falando que não basta que as crianças estejam na escola. Vocês devem ter acompanhado que, antes dos Objetivos do Desenvolvimento

---

7 O artigo foi transcrito a partir da fala original na XV Semana de Gestão de Políticas da USP, ocorrida de forma virtual em outubro de 2020. O texto preservou a oralidade da apresentação, apenas com pequenas adaptações. A versão original pode ser consultada na página oficial do Centro Acadêmico Herbert de Souza: [https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw\\_Pw/videos](https://www.youtube.com/channel/UCM2g7JGjdr-30tE5BVcw_Pw/videos)

8 Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), sediado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), professora visitante da Faculdade de Educação de Harvard.

Sustentável, nós tínhamos os Objetivos do Milênio, de 2000 para 2015, que estabeleciam que até 2015 tínhamos que colocar todas as crianças na Educação Primária, nosso Fundamental 1. Isso não acabou de ser concretizado em todos os países, mas só o fato desse objetivo ter existido já representou algo relevante e que impulsionou boa parte do mundo para uma maior inclusão escolar, em especial de meninas. Por ter sido Diretora Global de Educação no Banco Mundial, visitei sistemas educacionais em várias partes do mundo e pude observar este processo. Houve avanços importantes em acesso à escola em países como Afeganistão, Paquistão, Nigéria, só para citar três países que costumavam ter poucas meninas na educação primária entre 2000 e 2015, e neles parcelas bem maiores da população infantil já estavam na educação primária. Agora, contudo, estamos falando de qualidade e de equidade. Em outros termos: não podemos ter uma educação para os mais afluentes e outra para os mais pobres, ou um ensino preparatório para o casamento para as meninas e outro para os rapazes, preparatório para o mundo do trabalho. Ela tem que ser inclusiva, equitativa e de qualidade. E se tivermos dúvidas sobre o que se denomina qualidade no contexto do ODS 4, podemos atentar para as metas em que se desdobra o objetivo. A meta 4.1 estabelece que até 2030 precisamos assegurar que todas as meninas e meninos completem educação primária e secundária, no nosso caso até o final do ensino médio, de qualidade e equitativa. Nela, uma educação de qualidade é aquela que conduz a “resultados de aprendizagem relevantes e efetivos”, não sendo qualidade, portanto, uma infraestrutura sofisticada e sim aprendizado de crianças e jovens. Qualidade, em outros termos, é criança e jovem aprendendo aquilo que é esperado e necessário para o seu desenvolvimento integral numa dada sociedade.

Infelizmente, no entanto, vamos olhar para nós, como estávamos no período pré-pandemia em relação a esse objetivo, e nos depararemos com uma nítida crise de aprendizagem. Se olharmos só para dois dados, com base inicialmente na Avaliação

Nacional de Alfabetização de 2016, aplicada para crianças de escolas públicas (lembrando que 81,7% dos alunos brasileiros estão em escolas públicas), vemos que cerca de 55% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, portanto com quase 9 anos, saíram desse ano de escolaridade analfabetos. Ou seja, não concluíram a sua alfabetização inicial. E para pegar na outra ponta, do ensino médio, só 9,1% dos jovens do terceiro ano do ensino médio no SAEB aprenderam o suficiente em matemática. Português não é significativamente melhor, sendo apenas 21,9%.

Tudo isso para afirmar: nós já tínhamos uma crise de aprendizagem pré-pandemia. O problema é que o PISA, um teste internacional de educação aplicada pela OCDE, mostrou que não apenas aprendemos pouco. Aprendemos de forma muito desigual. Entre as economias que participaram no último PISA que tiveram seus resultados divulgados em dezembro do ano passado, fomos considerados a segunda economia mais desigual do ponto de vista educacional. Isso cabe na lógica de que o Brasil é um país muito desigual socialmente, então ele também será desigual educacionalmente? Sim e não. Há países que são desiguais socialmente, mas estão investindo em uma trajetória que desmonte essa desigualdade ao longo do tempo, a partir da geração de oportunidades educacionais.

O Ideb de 2019 divulgado há três semanas mostrou que apesar disso, tivemos avanços. No 5º ano estamos avançando desde 2005, a cada edição da prova. No 9º ano, nas quatro últimas edições, também melhoramos. No Ensino Médio, até 2019, estávamos estagnados em um patamar baixíssimo. Numa nota de 0 a 10, estávamos com 3,8, incluindo escolas particulares, o que quer dizer que nós não estávamos bem. Finalmente, na avaliação do ano passado, demos um salto no ensino médio. Conto isso para dizer que, a despeito da crise de aprendizagem, nesse mundo pré-pandemia, estávamos fazendo alguma coisa certa porque a aprendizagem vinha melhorando, apesar de cada vez entrarem mais crianças e jovens anteriormente excluídos na educação básica.



É importante observar que já havíamos universalizado o acesso ao Fundamental I no final do século XX. Mas foi só no século XXI conseguimos universalizar o acesso ao Fundamental II. O ensino médio, infelizmente, ainda não logramos universalizar o acesso, menos ainda a conclusão. Mesmo assim, tem sido crescente o número de alunos que entram e concluem esta etapa. Assim, o avanço recente na aprendizagem deve ser celebrado, embora o ritmo da transformação seja ainda lento.

Diante dessa lentidão na melhora, vocês verão que, com a pandemia, tudo isso tem um risco enorme de se desmontar, tanto no que se refere a falhas de aprendizagem quanto a desigualdades educacionais. Se olharmos para esse último Ideb e para aquelas cidades e estados com mais avanços, o que eles fizeram que eventualmente nem todos fizeram? Em primeiro lugar, os que já tinham um currículo claro alinhado com a Base Nacional Comum Curricular melhoraram mais, porque a BNCC mostra quais são as expectativas de aprendizagem, quais são os direitos de aprendizagem de crianças e jovens. Também avançaram aqueles que monitoraram os dados e que focaram em aprendizagem. Vocês já devem ter ouvido falar da cidade de Sobral no Ceará. Sobral foca em não perder nenhum aluno e garantir a aprendizagem para todos, monitorando os dados de aprendizagem, fazendo avaliações, emergindo nisso a importância das avaliações formativas unificadas regulares. Também foram bem aqueles que tinham material de boa qualidade, de apoio ao professor. É interessante notar que há um município que desbancou Sobral em 2019, que foi o melhor município do Brasil no Fundamental I e II, o município de Mucambo. Não por acaso, também no Ceará. A cidade se inspirou em Sobral e foi mais longe ainda, tanto que apresentam um Ideb de 9,4.

Outro ponto que trago, é que vivemos um problema de qualidade, traduzido como aprendizagem insuficiente e desigual enquanto, em oposição, o mundo está mudando muito. Eu integrei, durante dezoito meses, a Comissão Global para o Futuro do

Trabalho da OIT, Organização Internacional do Trabalho. Nós trabalhamos em Genebra discutindo o que precisava ser feito frente a um mundo que corre o risco de gerar um desemprego brutal diante do advento da inteligência artificial e de uma automação acelerada que extingue postos de trabalho. Dois pesquisadores da universidade de Oxford, Osborn e Frei, dizem que, até 2030, dois bilhões de postos de trabalho serão extintos. Como é que podemos fazer frente a isso? Como eu era a única pessoa na comissão da área de educação, tive que pesquisar o que a educação precisa fazer para lidar com isso. E entendam bem, em outras épocas em que houve automação, em outras revoluções industriais, outros postos de trabalho foram criados, ou seja, não houve uma mera extinção. Mas a extinção nunca foi tão acelerada e os novos postos de trabalho criados certamente demandarão competências muito mais complexas.

O que a educação precisa fazer para preparar as novas gerações para esse mundo diferente, em que as competências que vão ganhar força são de nível mais sofisticado? Basicamente, a inteligência artificial não vai substituir trabalho humano que demande análises mais aprofundadas e que demandem pensamento crítico, pensamento sistêmico. Que demandem resolução colaborativa de problemas com criatividade. Por conta disso, vários países mudaram o seu ensino. Só vou dar esse exemplo considerando que estou lidando com a EACH, no Japão eles incluíram no currículo de Engenharia a disciplina de Filosofia, partindo do princípio de que quem não souber pensar de forma mais aprofundada não vai conseguir empregabilidade ou capacidade empreendedora. Os países que tinham os melhores sistemas educacionais fizeram frente a isso focando em resolução criativa de problemas. A palavra "colaboração" adquire, nesse contexto, um sentido muito importante. A escola começa a ser vista como uma comunidade colaborativa, o corpo de professores colaborando entre eles. Acaba a visão do professor como um

profissional liberal, ele é um profissional que trabalha em times, em equipes, e deve formar o aluno para a colaboração.

Outro aspecto que também ganha uma grande força é a flexibilização dos currículos, integrando currículos na resolução de problemas. Não se trata de acabar com currículos, mas de integrá-los. Afinal, a realidade não é dividida em disciplinas. Mais um ponto importante que vem aparecendo na questão de currículos é a importância de se trabalhar com conhecimentos. Se você de fato quer ter uma educação que combata as desigualdades, é necessário ampliar o repertório cultural dos jovens. O currículo deve certamente incluir a habilidade de ler, entender e interpretar textos, a capacidade de se ter raciocínio matemático ou de desenvolver uma mente investigativa, que é a base de todas as ciências. Mas é também importante desenvolver um repertório cultural diversificado nos jovens, e isso tem que ser ensinado com uma intencionalidade pedagógica na escola. A cultura digital emerge também como ponto relevante, da mesma forma o ensino híbrido. Não se trata de depositar a solução do problema sobre a disponibilização de computadores para os alunos, mas de aprender a navegar no mundo digital separando fato de opinião, aprendendo uma comunicação não agressiva para o mundo digital, desviando das armadilhas típicas desse mundo, aprendendo a usar para o processo de ensino e aprendizagem adequadamente. A inserção da internet nesse contexto não remete apenas à assimilação deste artifício. Diz respeito ao acesso nas escolas e residências, um ponto que ganha importância especialmente ao falarmos de ensino híbrido. Essa discussão não se resume tampouco à ideia, no que diz respeito ao ensino híbrido, de integrar o online com o offline. Referimo-nos à possibilidade de se aprender em todos os lugares e não apenas na sala de aula.

Reparem que tudo que digo em relação ao mundo do trabalho acaba depois dialogando com o que aconteceu na pandemia. E ainda outro ponto importante nessas tendências é o fato de o professor passar a ser visto cada vez menos como um mero

fornecedor de aulas expositivas e muito mais como um assegurador de aprendizagem, sendo assim revelada a importância de mudança de paradigmas associados ao papel do professor. Neste sentido, no ensino híbrido trabalha-se com a proposta de uma sala de aula invertida, em que a tradicional aula expositiva pode ser substituída por um vídeo, gravado ou curado pelo professor, a ser assistido em casa ou na sala de leitura da escola, e, na sala de aula, o professor atua como um assegurador de aprendizagem, ou seja, auxilia os alunos a aplicar o conhecimento adquirido em casa e em problemas da realidade.

Vou dar mais um exemplo da OCDE, quando estava sendo discutido o desempenho do Brasil no PISA, em que eles me falaram "o Brasil no PISA anterior a esse último, que era focado em ciências, se sai bem em decorar tabela periódica, mas não sabe aplicar em problemas da realidade, não sabe pensar cientificamente".

Outro ponto importante para o futuro da Educação é o desenvolvimento dessas competências ditas socioemocionais, também chamadas competências do século XXI, como a abertura ao novo, adaptabilidade e, não menos importante, a que Maria Montessori e Paulo Freire já acentuavam, a importância de se formar para a autonomia. Ninguém trabalha colaborativamente se não se sente inteiro. Você precisa formar os jovens para serem autônomos e cidadãos globais. O que é ser cidadão global? Depende de se perceber protagonista numa série de comunidades interligadas em rede: na sua comunidade escolar, na comunidade local, na cidade, no país e no planeta, de se entender como parte ativa da humanidade.

Nesse contexto, como se insere a gestão da política educacional? Nos deparamos com dificuldades muito grandes. Foi votado, felizmente, o FUNDEB permanente, que garante algum financiamento para a educação básica, mas quais deveriam ser as ênfases em termos de política pública educacional? Já reiterarei um ponto importante que é o de ter um currículo claro. Isso, contudo, não basta. O importante para aquele determinado estado ou

município é atuar em rede. Nós vivemos, o Manuel Castells já falava isso, a sociedade em rede, de modo que não podemos olhar para cada escola como se fosse um feudo. Tendo 1085 escolas, como na cidade do Rio de Janeiro, não é para se pensar em 1085 políticas educacionais, temos que atuar em rede, articulados. Isso, de alguma maneira, retira uma visão romântica, uma visão que pode levar à desigualdade educacional, na medida em que o que passa a sobressair é apenas a autonomia do professor e da escola. A autonomia do professor é muito importante dentro de direitos de aprendizagem claramente estabelecidos e a autonomia da escola é importante para o processo de gestão. Mas isso não quer dizer que haverá um corpo de professores restritos àquela escola e que não haverá sinergias entre escolas.

O desafio é conquistar uma tensão positiva entre atuar em rede e, ao mesmo tempo, apoiar experimentação e inovação, incentivando espaços para experimentação. O processo educacional é um processo profundamente humano, a roteirização compromete um processo inovador que dê respostas para aquele conjunto de alunos dentro de uma relação um pouco mais pessoal e mais humana. Outro ponto muito importante é estabelecer resultados claros a serem alcançados por toda a rede, a partir do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. No fundo, o que esse objetivo revela é a necessidade de se oferecer uma aprendizagem com altas expectativas para todos os alunos, equilibrando excelência com equidade, e não apenas ilhas de excelência para aqueles que tiveram sorte de nascer em berço de ouro e para os outros uma educação de segunda linha.

Há também que se monitorar continuamente a aprendizagem, afinal toda política pública tem que ser monitorada. Às vezes as pessoas se perguntam: será que nós não vamos reduzir a educação, que é uma coisa tão humana, a números? Em tempos de negacionismo, é fundamental medir, verificar o que funciona em educação e ensinar professores a trabalhar com dados relativos à aprendizagem, à permanência e progressão na escola, à

implantação de ações afirmativas. Isso nos ajudará a construir equidade, dando mais para quem tem menos, para as escolas com maiores desafios. Colocar os melhores professores nas escolas mais desafiadoras e pagar mais para esses professores enquanto eles permanecerem em espaços como favelas conflagradas ou em situações que demandem mais atenção. Também é vital, nos tempos que vivemos, investir em conectividade, aprendizagem em diferentes espaços e em trabalho colaborativo dentro de cada escola e entre escolas.

Indo para o final, eu falo um pouco da COVID, que afetou 191 países, entre os quais mais da metade já voltou às aulas, sendo o Brasil um dos mais afetados. Houve o problema, no começo, de uma narrativa paralisante que frente a uma conectividade assimétrica propunha que nenhuma resposta educacional ocorresse frente à pandemia. Felizmente, mudamos a abordagem e começamos a observar o que os outros países vinham fazendo, adotando no final diferentes mídias para a aprendizagem emergencial em casa. Como eles, acabamos usando, sim, plataformas digitais, mas usamos também TV e rádio, acompanhados de cadernos pedagógicos enviados para as residências dos estudantes. Neste sentido, destaco o caso do Maranhão que, rapidamente, em duas semanas após o fechamento das escolas, já estava com plataforma digital, TV, rádio e guias de estudo enviados para as casas dos alunos da sua rede, apoiando também os municípios maranhenses.

Vários municípios também deram atenção à desigualdade educacional vigente, inclusive com um exército de professores que começaram por iniciativa própria indo às casas das crianças e jovens que não estavam participando ou que tinham dúvidas, com os profissionais de assistência social acompanhando. Houve orientação para os pais por grupos de whatsapp, especialmente os pais de crianças da educação infantil e com deficiência. Algumas formações emergenciais foram feitas para professores, naturalmente, dada a inexperiência nossa em lidar com uma situação tão anormal, de uma maneira inadequada e insuficiente, a

ponto de os professores no começo se sentirem perdidos. Mas acabamos vivendo um processo interessante de “aprender fazendo”, com os professores construindo um processo de ensino de nível muito melhor à medida que o tempo passava, em relação ao começo, quando estavam ainda incertos sobre a melhor estratégia a adotar.

Termino com uma fala referente ao momento pós-pandemia reconhecendo que esse processo todo foi muito sofrido. Uma crise que trouxe perda de vidas, uma crise sanitária e simultaneamente econômica, educacional e institucional, com a democracia em risco, sendo este um aspecto de singular importância, mas também lembrando que crises são momentos de quebras de paradigmas, na história da humanidade. Muitas inovações aconteceram, muita aprendizagem aconteceu por parte dos profissionais de educação. Ocorreu uma aceleração da inclusão digital tanto de professores quanto de estudantes. Com isso, esses aprendizados que aconteceram provavelmente permanecerão e, se tivermos boas políticas públicas, poderemos começar a esboçar um ensino híbrido e uma educação diferente para o futuro, que dialoga com o que mencionei sobre o futuro do trabalho. Para que isso possa ser concretizado, a conectividade das escolas e das residências precisa virar prioridade na agenda.

De fato, algumas das competências que foram desenvolvidas durante o isolamento necessário para enfrentar a pandemia serão muito úteis no futuro. Todos nós, alunos, educadores e familiares, acabamos desenvolvendo adaptabilidade a uma situação completamente diferente, com resolução colaborativa de problemas dentro de casa para poder organizar a vida. E os estudantes, de uma forma ou de outra, tiveram que desenvolver autonomia para aprender. O sonho do Paulo Freire! De fato, muitos jovens aprenderam a estudar sozinhos, já que seus pais tiveram que sair para a rua, na busca de fontes adicionais de renda. O desafio foi grande, mas que possamos, ainda assim, olhar para o copo meio cheio e transformar esse sofrimento em aprendizagem

para reinventar a escola e a Educação Pública em benefício de todos!